

**ATA DE REUNIÃO**

# **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO**

## **DECENTE**

**PROAD 1194/2026**

**Data e horário:** 13 de fev. de 2026 10:00 BRT

**Local:** Híbrida: Salão Nobre e via Google Meet



## ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

PARTICIPANTES			
Portarias TRT4 nº XXXX			
NOME DO(A) INTEGRANTE OU CONVIDADO(A)	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Desembargador a REJANE SOUZA PEDRA	Gestora Regional do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza MARCELA CASANOVA VIANA ARENA	Gestora Regional do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desembargador MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz MÁRCIO LIMA DO AMARAL	Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desembargador MANUEL CID JARDON	Gestor Regional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz CHARLES LOPES KUHN	Gestor Regional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



## ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

Juíza LÚCIA RODRIGUES DE MATOS	Gestora Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza ELIANE COVOLO MELGAREJO	Gestora Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desembargador a BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS	Indicada pela Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA	Indicado pela Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desembargador LUIS CARLOS PINTO GASTAL	Indicado pela Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz RUI FERREIRA DOS SANTOS	Titular da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, especializado em Acidentes do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES	Participante do Programa Nacional Trabalho, Justiça e Cidadania	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz HORISMAR CARVALHO DIAS	Indicado pela Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Juiz LUIS FETTERMANN BOSAK	Indicado pela Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza MARIA TERESA VIEIRA DA	Indicada pela Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



## ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

SILVA			
Juíza VALDETE SOUTO SEVERO	Indicada pela Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora ROBERTA LIANA VIEIRA	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora ANITA CRISTINA DE JESUS	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos (Convidada)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora PRISCILA NUNES PATEL	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos (Convidada)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora LAÍS CRISTINA GROSS GERHARDT	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos (Convidada)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora ELEN CRISTINA PRESOTTO	Servidora da Coordenadoria de Sustentabilidade e, Acessibilidade e Inclusão (Convidada)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Ausências: Des. João Alfredo Borges Antunes de Miranda (férias), Juíza Maria Teresa Vieira da Silva (questões de saúde), Juiz Horismar Carvalho Dias (viagem).

**Unidade de apoio executivo:** ASPRODEC

**Secretária:** Anita Cristina de Jesus,  
Assessora de Promoção do Trabalho Decente.



## PAUTA

**Assunto 1**, Apresentação das atribuições da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente;

**Assunto 2**, Apresentação das responsabilidades da Unidade de Apoio Executivo (Asprodec);

**Assunto 3**, Sugestão de ações relativas ao Dia da Mulher (8 de março);

**Assunto 4**, Sugestão de ações relativas ao Comitê #HeforShe;

**Assunto 5**, Sugestão de ações a serem realizadas nos estádios de futebol do Grêmio e do Inter;

**Assunto 6**, Realização do 4º Concurso Cultural de Direitos Humanos da Justiça do Trabalho nas Escolas (formação da Comissão Organizadora);

**Assunto 7**, Outros assuntos gerais.

## DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

Foram realizadas as seguintes deliberações:

**Assuntos 1 e 2:** apresentação das atribuições da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente e das responsabilidades da Unidade de Apoio Executivo (Asprodec):

- Anita fez a apresentação das atribuições da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente e das responsabilidades da Unidade de Apoio Executivo (Asprodec).

**Assunto 3:** sugestão de ações relativas ao Dia da Mulher:

- Desa. Brígida destacou a importância de que a pauta da violência contra mulher seja permanente diante do aumento de ocorrências na atualidade, mas que em março se faça algo específico. Levantou a retomada da campanha “Eles por Elas” (HeforShe), já que há um movimento dos homens falando em favor das mulheres, para que assumam sua responsabilidade e o protagonismo de falarem sobre o assunto. Sugeriu a confecção de cartazes



e cards para serem colocados no saguão do Tribunal e a distribuição de cartilhas e leques, mencionando o evento que ocorrerá dia 27 na Escola Judicial.

- Desa. Brígida citou também que o cantor Thedy Correa está à frente da campanha “HeforShe” e que ele teria se prontificado a receber o Tribunal na Assembléia Legislativa para conversar sobre ação conjunta. Diante disso, sugeriu que o cantor seja convidado para participar da abertura de um evento no Tribunal sobre o tema. Sugeriu também a realização de um Sarau Literário com a leitura de mulheres feministas, comentando que conversou com o pessoal do teatro para que se convoque a prata da casa para esse evento.
- Juíza Aline Doral sugeriu o nome do Rafael Pagnon Cunha, Juiz de Direito em Santa Maria, que está especializado neste tema, tendo participado em programa de rádio, concordando com a ideia de que os homens precisam falar sobre o assunto. Se disponibilizou a fazer o contato caso se entenda pertinente o convite.
- Desa. Brígida falou de um caso de feminicídio em Santa Rosa e que a diretora da vara de lá pediu que fosse levado material em um ato no foro, em convênio com a Brigada Militar, afirmando que se prontificou a ir pessoalmente. Comentou ainda um caso julgado em seu gabinete de assédio sexual de uma frentista de posto de gasolina de Porto Alegre, reforçando importância realizar parcerias e ampliar o debate sobre o assunto.
- Juíza Lúcia citou ação do subcomitê de violência doméstica, colegiado instituído a partir da Resolução do CNJ de 2021, cuja coordenadora é a Desa. Carmem. Será realizada uma palestra dia 23 pela Ejud com uma delegada de violência doméstica e também uma oficina de defesa pessoal. Sugeriu que se possa convidar o Thedy Correa para fazer uma intervenção artística nesse dia 23 com a música Camila.
- Anita destacou o recebimento do seguinte e-mail da Escola Judicial:  
*“Prezadas colegas, boa tarde!  
A pedido da Coordenação Acadêmica da Ejud, gostaríamos de solicitar uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos e com o Comitê de Equidade para tratar das atividades que a Ejud está planejando para o Dia Internacional da Mulher.  
Considerando a proximidade do mês de março, sugerimos que o encontro*



*ocorra no dia 18/02, às 15h.”*

- Desa. Brígida comentou que pode ser feita uma exposição no saguão, com breve abertura pelo Des. Alexandre na semana de eventos, e convidar outra autoridade para falar outro dia. Acrescentou também a importância do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem) que trata do trabalho infantil e os reflexos disso na violência doméstica, referindo que vai à Taquara a pedido do presidente (dia 25/02, no turno da tarde), e que poderia ser convidada a Rubia, titular do Cladem, para participar dos eventos.
- Anita explica a limitação de recursos financeiros e pessoais na Asprodec que tratam diretamente dos programas para organizar os respectivos eventos, lembrando que já existem duas atividades marcadas no mês de março (a audiência coletiva dos guaranis e as visitas do concurso cultural nas escolas).
- Juíza Lúcia citou a exposição feita no CNJ com cartoons, que foram usados no saguão das varas, e que uma das ações poderia ser a inauguração do banco vermelho para dar maior visibilidade ao projeto.
- Juíza Valdete sugeriu que no mês de março o espaço de fala seja das mulheres e comentou o desconforto com o termo em inglês da campanha “HeforShe”, e que mulheres devem falar nesses eventos. Pontuou que entende que esses eventos devem fazer a conexão entre o desrespeito aos direitos trabalhistas e a violência doméstica, já que jornadas excessivas somadas à precariedade do transporte público e o tempo perdido em deslocamentos acabam impactando na ocorrência de conflitos familiares. Sugeriu que seja feita nas redes sociais uma campanha continuada nesse sentido.
- Roberta comentou que a ideia da Juíza Valdete une os assuntos tratados em todos os programas e amplia o debate sobre trabalho infantil, por exemplo.
- Des. Gastal falou da criação de espaços entre homens para essa discussão ao invés de ocupar os espaços que são das mulheres. Concordou com a Juíza Valdete que um homem falando nesses eventos acaba roubando o espaço de protagonismo da mulher. Afirmou que a Convenção 190 da OIT é central e está esquecida, que é preciso dar mais centralidade aos princípios que estão nela, como trabalho infantil como forma de provocação de violência contra mulher, destacando o aspecto institucional sobre políticas



públicas nesse sentido. Citou o dado de que o Rio Grande do Sul tem o maior índice de violência contra mulheres que possuem proteção judicial contra o agressor.

- Juíza Eliane elogiou as ideias propostas, mas concordou com a Juíza Valdete e o Des. Gastal no sentido de que talvez não fosse o caso de inaugurar as ações dessa temática em março com falas de homens e apresentação do Thedy Correa. Destacou que estrategicamente não podemos abrir mão de nenhuma ferramenta/campanha, e que a campanha HeforShe pode funcionar para chamar atenção do público que ainda não possui letramento de gênero. Ponderou que pode-se usar a campanha mas não na inauguração dos trabalhos do mês de março. Sugeriu uma fala feminina na abertura de uma campanha permanente contra a violência contra a mulher e o convite ao Thedy Correa para outra data.
- Juíza Lúcia falou que as ideias não são incompatíveis e destacou a importância da divulgação de estatísticas para justificar o porquê estamos falando disso. Sugeriu a criação de página no site do tribunal divulgando as ações realizadas em março com uma identidade visual que agregue todas as iniciativas e mudar a exposição de cartoons das varas para a sede do Tribunal.
- Desa. Brígida propôs uma votação sobre a utilização da campanha HeforShe na abertura das atividades do mês de março.
- Juiz Márcio Lima do Amaral concordou com os encaminhamentos feitos pela Juíza Lucia e citou a iniciativa do Nupemec para os juízes do 1º grau de incluir em pauta processos que envolvam violência contra a mulher na semana do dia 09/03. Referiu que as mulheres do grupo devem decidir o que será feito.
- Juíza Lúcia concordou com a utilização da campanha HeforShe e sugeriu a abertura com uma fala feminina, citando a Conceição de Maria por ser uma das fundadoras do Instituto Maria da Penha.
- Roberta falou da importância de pensar de forma coletiva, com outras instâncias do Tribunal, para facilitar a adesão ao público a todas as atividades propostas, como está sendo feito pela Asprodec em conjunto com a Escola Judicial. Anita citou as atividades que já estão sendo encaminhadas no âmbito do TRT4 para o mês de março na temática de



violência contra a mulher (cursos EAD, curso de defesa pessoal, telas, iluminação do tribunal, exposição, entre outras).

- Desa. Rejane sugeriu escolher uma ação pontual de forma objetiva para marcar a data num dia determinado, com fala do Des. Alexandre e outras pessoas, já que existem várias outras atividades em andamento, e depois ir pensando ao longo do ano em outras ideias, dada a limitação grande de tempo, referindo que a sugestão da Juíza Aline de convidar o Juiz Rafael pode ser pensada para outra oportunidade em atividades continuadas.
- Juíza Eliane questionou sobre a data da iluminação do prédio e sugeriu uma fala do Des. Alexandre nesse momento, abrindo as diversas ações programadas e informando a programação.
- Juíza Valdete sugeriu que a Desa. Brígida faça esse discurso que a Eliane sugeriu, ao invés do Des. Alexandre, trazendo dados e falando da associação do tema com a justiça do trabalho.
- Laís sugeriu que essa fala aconteça no dia 06/03.
- Desa. Brígida deu a ideia de se realizar leituras pontuais de citações depois da fala dela (pelas mulheres do teatro do tribunal), sugerindo leituras da autora Conceição Evaristo, pela sua história como empregada doméstica.
- Roberta sugere que se encaminhe a convocação da Administração para a abertura com a fala da Desa. Brígida no dia 06/03 e a inauguração de todas as demais ações, como a iluminação do prédio, reportagem da Secom, e do compromisso de enfrentamento da questão de forma permanente.
- A equipe concordou com a sugestão de encaminhamento, juntamente com a transferência da exposição dos cartoons das Varas para o Tribunal.
- Des. Jardon sugeriu o nome do autor Fabrício Carpinejar como participante do Sarau.
- Anita mencionou o pedido da Juíza Maria Teresa (ausente na reunião por motivos de saúde) sobre o engajamento dos(as) integrantes da Comissão à campanha “Elas em Pauta”, do CNJ. Trata-se de mutirão nacional de conciliações em processos que envolvem mulheres (de 09 a 13 de março).



- Desa. Brígida destacou novamente a importância das ações permanentes, comentando o descaso nos processos no julgamento de assédio em ambiente de trabalho.

**Assunto 4:** sugestão de ações relativas ao Comitê #HeforShe:

- Desa. Brígida solicitou a confecção de leques por empresa terceirizada, já autorizada pelo Des. Alexandre, e comentou que foi ajustado o fornecimento de cards pela Assembleia Legislativa.
- Anita alertou que a exiguidade de tempo dificulta a realização do serviço mesmo que seja feita por empresa terceirizada.
- Roberta destacou a importância do encaminhamento dessas demandas via Asprodec para que se pondere a viabilidade da sua execução, em função do tempo e dos procedimentos burocráticos inerentes a esse tipo de compra.
- A equipe decidiu que se tentará realizar a impressão dos leques, ainda que numa quantidade menor.

março

**Assunto 5:** sugestão de ações a serem realizadas nos estádios de futebol do Grêmio e do Inter:

- Desa. Brígida sugeriu que se procure os clubes para viabilizar a colocação de faixas de conscientização da campanha, por ser um ambiente hostil.
- Juiz Charles comentou que o Juizado Especial é quem faz o contato com os clubes para tanto.
- Juiz Márcio referiu que o Des. Emílio Papaléo poderia intermediar esse contato no Internacional, assim como o Juiz Thiago Sulzbach em relação ao Grêmio.
- Roberta sugeriu que esse caminho seja feito pelo Judiciário diretamente com as instituições que têm esse contato, como citado pelo Juiz Charles, diante do alinhamento com a gestão do Ministro Fachin com relação à ética.
- A equipe deliberou que seja feito contato com os juizados que atuam nos estádios, marcando reunião para tratar da passagem das faixas e outras ações por meio do acordo de cooperação técnica já existente.



**Assunto 6:** formação da Comissão Organizadora para Realização do 4º Concurso Cultural de Direitos Humanos da Justiça do Trabalho nas Escolas:

- Anita manifestou o interesse da Juíza Maria Teresa em participar da Comissão.
- Além dela, a comissão foi formada pelo Des. Gastal, Desa. Brígida, Desa. Rejane e Juiz Márcio.
- Como encaminhamento, ficou deliberado o agendamento de reunião da Comissão Organizadora para fechar o Edital que precisa ser publicado no início de março.

**Assunto 7:** Outros assuntos gerais:

- Confirmação da realização de reuniões bimensais, a serem realizadas às sextas-feiras, às 15h30, conforme o seguinte calendário: 10/04; 29/05; 07/08; 02/10; 04/12.
- Foram atualizados os contatos para criação de grupo de WhatsApp da Comissão.
- Roberta deu ciência do caso do Proad nº 8229/2023 (denúncia de trabalho análogo à escravidão) à Comissão de Direitos Humanos e citou o projeto de adequação da responsabilidade social nas contratações do Tribunal.
- Juiz Charles manifestou interesse em ter mais informações sobre o caso.
- Juiz Márcio sugeriu que a Comissão emita um parecer no processo.
- Roberta explicou que o fluxo está sendo pensado para que permita a manifestação da Asprodec após a ciência e manifestação da comissão nos próximos casos.
- Anita comentou que esses processos costumam vir para o Tribunal para manifestação com prazo muito curto por meio da AGU.
- Juíza Eliane disse que independentemente dos prazos processuais e manifestações legais, a Comissão deve sim emitir parecer nem que seja no sentido de sugerir reformulação dos fluxos e fiscalização dos contratos, além



de verificar se houve falha de fiscalização ou se foram ações pensadas, e se alguma sanção pode ser tomada.

- Juíza Valdete pontua que é uma oportunidade de se abordar a pauta da terceirização, e que a contratação pelo menor preço acarreta esse tipo de caso. Ficou incumbida pela equipe de minutar o parecer.
- Juíza Eliane pontuou que o parecer deve conter considerações sobre a fiscalização nos contratos em vigência no tribunal, não apenas sobre o pagamento mas sobre o cumprimento dos demais direitos.
- Juiz Charles comentou que a fiscalização dos contratos não pode se ater apenas aos pagamentos, mas também sob a ótica do art. 149 do Código Penal.
- Juiz Márcio disse que o gestor precisa ir pessoalmente aos locais de trabalho verificar as condições, inclusive no interior do estado.
- Juíza Aline concordou com a necessidade de visitação e citou um caso de necessidade de adequação na sala das terceirizadas no próprio tribunal que foi alterada após uma visita, e sugeriu que seja feito o treinamento dos gestores do interior para que saibam quais tipos de cuidados precisam ter para prevenir casos futuros.
- Desa. Brígida sugeriu que os diretores de foro participem dessas capacitações.
- Juiz Márcio acrescentou que o Tribunal precisa se preocupar com as condições de trabalho de seus(uas) terceirizados(as), e não apenas servidores(as) e magistrados(as).
- Desa. Brígida citou a ausência de espaços para os(as) terceirizados(as) realizarem sua pausa para alimentação, que se alimentam de forma precária nas cozinhas dos gabinetes.
- Juíza Valdete disse que já noticiou o assédio de gestores de terceirizados para a Administração do Tribunal em diversas gestões, que nada foi feito, referindo que o(a) terceirizado(a) que reclama acaba sendo demitido(a) quando troca a empresa terceirizada. Sugeriu a realização de rodas de conversa com os terceirizados.



- Juiz Márcio sugeriu que conste no contrato das empresas terceirizadas que os(as) empregados(as) tenham espaço para alimentação, ainda que seja pela estrutura no Tribunal.
- Juíza Eliane concordou com a sugestão da Juíza Aline sobre a capacitação de Direções de Foros e juízes(as) a respeito do tratamento do ambiente de trabalho para empregados(as) terceirizados(as), mencionando a dificuldade de conseguir efetividade nos serviços pela Sempro com providências básicas, como pintura de paredes.
- Desa. Brígida agradece a todos e encerra a reunião.

**Encaminhamentos:**

- Convocação da Administração para a abertura do mês de março no dia 06/03, com a fala da Desa. Brígida e inauguração de todas as demais ações, como a iluminação do prédio, reportagem da Secom, e do compromisso de enfrentamento da questão de forma permanente, bem como a transferência da exposição dos cartoons das varas para o Tribunal;
- Impressão de leques para a campanha HeforShe;
- Agendamento de reunião com os Juizados Especiais que atuam nos estádios para tratar da passagem das faixas e outras ações por meio do acordo de cooperação técnica já existente;
- Agendamento de reunião da Comissão Organizadora do 4º Concurso Cultural de Direitos Humanos da Justiça do Trabalho nas Escolas para fechar o Edital que precisa ser publicado no início de março;
- Agendamento de reuniões bimensais da Comissão, com convocação extraordinária quando precisar, sextas-feiras às 15h30min, conforme o seguinte calendário: 10/04; 29/05; 07/08; 02/10; 04/12.
- Criação de grupo no whatsapp (Elen vai reaproveitar um grupo já existente e incluir quem não está);
- Elaboração de parecer da Comissão no caso do Proad nº 8229/2023, a ser minutado pela Juíza Valdete.

---

A reunião foi encerrada às 11h40. **A próxima reunião ordinária ocorrerá no dia**



ATA DE REUNIÃO

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

---

10/04/2026, às 15h30min.

Ata validada pelos integrantes por e-mail.